

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE - RO

FISCAL DE PATRIMÔNIO

Código da Prova

M02 X
MANHÃ



Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.



Duração da prova: 3 horas e 30 minutos

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

**“Se parecer difícil: respire, concentre-se, reveja... É na
dificuldade que os melhores se destacam.”**



ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões.

A elegância do conteúdo

De ferramentas tecnológicas, qualquer um pode dispor, mas a cereja do bolo chama-se conteúdo. É o que todos buscam freneticamente: vossa majestade, o conteúdo.

Mas onde ele se esconde?

Dentro das pessoas. De algumas delas.

Fico me perguntando como é que vai ser daqui a um tempo, caso não se mantenha o já parco vínculo familiar com a literatura, caso não se dê mais valor a uma educação cultural, caso todos sigam se comunicando com abreviaturas e sem conseguir concluir um raciocínio. De geração para geração, diminui-se o acesso ao conhecimento histórico, artístico e filosófico. A overdose de informação faz parecer que sabemos tudo, o que é uma ilusão, sabemos muito pouco, e nossos filhos saberão menos ainda. Quem irá optar por ser professor não tendo local decente para trabalhar, nem salário condizente com o ofício, nem respeito suficiente por parte dos alunos? Os minimamente qualificados irão ganhar a vida de outra forma que não numa sala de aula. E sem uma orientação pedagógica de nível e sem informação de categoria, que realmente embasa a formação de um ser humano, só o que restará é a vulgaridade e a superficialidade, que já reinam, aliás.

Sei que é uma visão catastrofista e que sempre haverá uma elite intelectual, mas o que deveríamos buscar é justamente a ampliação dessa elite para uma maioria intelectual. A palavra assusta, mas entenda-se como intelectual a atividade pensante, apenas isso, sem rebuscamento.

O fato é que nos tornamos uma sociedade muito irresponsável, que está falhando na transmissão de elegância. Pensar é elegante, ter conhecimento é elegante, ler é elegante, e essa elegância deveria estar ao alcance de qualquer pessoa. Outro dia, conversava com um taxista que tinha uma ideia muito clara dos problemas do país, e que falava sobre isso num português correto e sem se valer de palavrões ou comentários grosseiros, e sim com argumentos e com tranquilidade, sem querer convencer a mim nem a ninguém sobre o que pensava, apenas estava dando sua opinião de forma cordial. Um sujeito educado, que dirigia de forma igualmente educada. Morri e reencarnei na Suíça, pensei.

Isso me fez lembrar de um livro excelente chamado A Elegância do Ouriço, de Muriel Barbery, que conta a história de uma zeladora de um prédio sofisticado de Paris. Ela, com sua aparência tosca e exercendo um trabalho depreciado, era mais inteligente e culta do que a maioria esnobe que morava no edifício a que servia. Mas, como temia perder o emprego caso demonstrasse sua erudição, oferecia aos patrões a ignorância que esperavam dela, inclusive falando errado de propósito, para que todos os inquilinos ficassem tranquilos - cada um no seu papel.

A personagem não só tinha uma mente elegante, como possuía também a elegância de não humilhar seus "superiores", que nada mais eram do que medíocres com dinheiro.

A economia do Brasil vai bem, dizem. Mas pouco valerá se formos uma nação de medíocres com dinheiro.

Martha Medeiros, 06/06/2010

Questão 1

O título dado à crônica, "A elegância do conteúdo", entendendo que a palavra "conteúdo" é polissêmica, pode-se dizer que:

- (A) contradiz as expectativas do leitor.
- (B) antecipa totalmente o assunto que será tratado.
- (C) tem por função enfatizar as ideias que serão abordadas.
- (D) tem por função minimizar as ideias que serão abordadas.
- (E) o título nada esclarece sobre o teor do texto.

Questão 2

"a cereja do bolo chama-se conteúdo." Por conteúdo, o texto dá a entender:

- (A) "literatura", "uma educação cultural", "conhecimento histórico, artístico e filosófico."
- (B) "um livro excelente chamado A Elegância do Ouriço, de Muriel Barbery..."
- (C) "A personagem não só tinha uma mente elegante, como possuía também a elegância de não humilhar."
- (D) "(...)a ampliação dessa elite para uma maioria intelectual..."
- (E) "Um sujeito educado, que dirigia de forma igualmente educada."

Questão 3

"Fico me perguntando como é que vai ser daqui a um tempo, caso não se mantenha..." Se substituíssemos a preposição pelo verbo "haver", a frase correta seria:

- (A) "Fico me perguntando como é que fora daqui há um tempo, caso não se mantivesse..."
- (B) "Fico me perguntando como é que teria sido há um tempo, caso não se tivesse mantido..."
- (C) "Fico me perguntando como seria daqui há um tempo, caso não se mantivesse..."
- (D) "Fico me perguntando como será daqui há um tempo, caso não se mantenha..."
- (E) "Fico me perguntando como é que vai ser daqui há um tempo, caso não se mantenha..."

Questão 4

“Pensar é elegante, ter conhecimento é elegante, ler é elegante, e essa elegância deveria estar ao alcance de qualquer pessoa.” O uso do futuro do pretérito, nessa frase, sugere que:

- (A) a elegância da cultura não está ao alcance de todos.
- (B) a elegância em geral não está ao alcance de todos.
- (C) o pensamento não está ao alcance de todos.
- (D) a leitura não está ao alcance de todos.
- (E) pensar está ao alcance poucos.

Questão 5

“Os minimamente qualificados irão ganhar a vida...” Caso o adjetivo estivesse referindo-se a dois substantivos, a concordância estaria INCORRETA em:

- (A) o motorista e a zeladora qualificada.
- (B) o motorista e a zeladora qualificados.
- (C) o motorista e as zeladoras qualificadas.
- (D) a zeladora e o motorista qualificada.
- (E) a zeladora e o motorista qualificado.

Questão 6

“Fico me perguntando como é que vai ser daqui a um tempo, caso não se mantenha o já parco vínculo com a literatura...” A troca da conjunção não altera o sentido da oração em:

- (A) embora.
- (B) a menos que.
- (C) posto que.
- (D) porquanto.
- (E) ainda que.

Questão 7

“Mas, como temia perder o emprego caso demonstrasse sua erudição...” A palavra destacada tem o seu antônimo em:

- (A) “Um sujeito educado, que dirigia de forma igualmente educada.”
- (B) “que nada mais eram do que mediócras com dinheiro.”
- (C) “todos os inquilinos ficassem tranquilos - cada um no seu papel.”
- (D) “caso não se mantenha o já parco vínculo familiar com a literatura...”
- (E) “oferecia aos patrões a ignorância que esperavam dela...”

Questão 8

“Ela (...) era mais inteligente e culta do que a maioria esnobe que morava no edifício a que servia.” Está INCORRETA a análise sintática em:

- (A) “que morava”: o pronome relativo é sujeito.
- (B) “que servia”: o pronome relativo é adjunto adverbial.
- (C) “no edifício”: a locução é um adjunto adverbial.
- (D) “a maioria esnobe”: o substantivo é o núcleo sujeito.
- (E) “esnobe”: é predicativo.

Questão 9

“Morri e reencarnei na Suíça, pensei.” Para a cronista, nascer na Suíça significa:

- (A) estar no lugar onde a maioria é educada e culta.
- (B) estar no lugar onde todos, embora sejam mediócras, têm muito dinheiro.
- (C) estar no lugar onde ela gostaria de verdade de ter nascido.
- (D) estar no lugar que é o mais civilizado do mundo.
- (E) estar no lugar onde, por ser pequeno, é mais fácil encontrar a cultura.

Questão 10

Nas frases:

- Graças a Deus chegou a Primavera.
- Graças a Deus cheguei à Primavera.

Pode-se afirmar que:

- (A) na primeira frase, Primavera é objeto indireto e não ocorre crase.
- (B) na primeira frase, Primavera é adjunto adnominal e, por isso, ocorre crase.
- (C) na primeira frase, Primavera é objeto direto; e na segunda, é adjunto adverbial.
- (D) na primeira frase, “a Deus” é objeto indireto e deveria receber acento grave.
- (E) em ambas as ocorrências deveria ser acentuada porque se referem a adjuntos adverbiais.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Questão 11

Em uma escola foi realizada uma gincana com os alunos, que foram divididos em 4 grupos: azul, vermelho, verde e amarelo. Ao final da gincana, os grupos foram classificados em 1°, 2°, 3° e 4° lugar de acordo com a pontuação. Caso houvesse empate, o grupo com a maior quantidade de vitórias nas atividades da gincana ficaria à frente do concorrente. Se também houvesse empate no segundo critério, o grupo com a menor quantidade de derrotas ficaria à frente.

Grupo	Pontos	Vitórias	Derrotas
AZUL	41	3	4
VERMELHO	45	6	4
VERDE	45	6	5
AMARELO	41	5	7

De acordo com o resultado da tabela acima, a classificação dos grupos foi a seguinte:

- (A) 1° Verde, 2° Vermelho, 3° Amarelo e 4° Azul.
- (B) 1° Vermelho, 2° Verde, 3° Azul e 4° Amarelo.
- (C) 1° Vermelho, 2° Azul, 3° Verde e 4° Amarelo.
- (D) 1° Verde, 2° Vermelho, 3° Azul e 4° Amarelo.
- (E) 1° Vermelho, 2° Verde, 3° Amarelo e 4° Azul.

Questão 12

Maria tem três filhos; ela fez uma lista de tarefas domésticas com 20 itens, que será dividida entre seus filhos de maneira proporcional às suas idades. O filho mais velho tem 18 anos, 8 anos de diferença para o mais novo. Sabendo que o mais velho ficou com 9 tarefas, a idade do filho do meio é de:

- (A) 10 anos.
- (B) 12 anos.
- (C) 13 anos.
- (D) 15 anos.
- (E) 16 anos.

Questão 13

Sabendo que os seis primeiros termos de uma sequência numérica são 3, 4, 6, 9, 13, 18. O oitavo termo dessa sequência é igual a:

- (A) 24.
- (B) 31.
- (C) 27.
- (D) 33.
- (E) 26.

Questão 14

Julia comprou um saco de balas com 4 sabores diferentes: framboesa, laranja, limão e uva. Se ela quiser pegar no saco duas balas de mesmo sabor, sem olhar para dentro do saco, a quantidade de balas que ela deve retirar do saco para garantir que isso ocorra será de :

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 8.

Questão 15

Marcela e Ana saíram para comprar roupas juntas. Elas compraram 7 blusas, 1 saia e 3 calças. Cada calça custou R\$68,00, a saia R\$46,00 e a cada blusa foi metade do preço de uma calça. Sabendo que Marcela não usa saias e comprou mais calças do que Ana, e que Ana comprou 3 blusas, o valor da compra de Marcela e Ana, respectivamente, foi de:

- (A) R\$272,00 e R\$216,00.
- (B) R\$204,00 e R\$284,00.
- (C) R\$272,00 e R\$170,00.
- (D) R\$238,00 e R\$250,00.
- (E) R\$216,00 e R\$238,00.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 16

Para classificar os dados de uma coluna em uma planilha do Excel deve-se selecionar as células que farão parte da classificação e , usando a barra de ferramentas , clicar no seguinte item para acionar a classificação:

- (A) Revisão.
- (B) Exibição.
- (C) Fórmulas.
- (D) Dados.
- (E) Layout da Página.

Questão 17

Numa edição utilizando o MS-Word, para inserir uma nota de rodapé em seu texto utilizando a barra de ferramentas, a opção que deverá ser escolhida é:

- (A) Correspondências.
- (B) Referências.
- (C) Revisão.
- (D) Exibição.
- (E) Layout da Página.

Questão 18

Memória Flash é a tecnologia utilizada para armazenar arquivos em:

- (A) DVD.
- (B) Disco rígido ATA.
- (C) Nuvem.
- (D) Pen Drive.
- (E) Diskette.

Questão 19

Na criação de um slide em MS-PowerPoint, para fazer um texto desaparecer suavemente deve-se recorrer ao seguinte item da barra de ferramentas:

- (A) inserir.
- (B) design.
- (C) animações.
- (D) apresentação de Slides.
- (E) exibição.

Questão 20

Numa planilha Excel as células têm os seguintes valores: B1=17 e C1=4. O valor da célula A1, se nela for inserida a fórmula =MOD (B1; C1), será:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 21

Está previsto na Constituição Federal, no capítulo sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, que:

- (A) tortura e tratamento desumano ou degradante são hábitos comuns na Administração e devem ser incentivados.
- (B) homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações perante a Constituição, cabendo a cada gênero um papel social pré-determinado.
- (C) a casa das pessoas é local de livre circulação, ainda que de pessoas desconhecidas do morador, não havendo proteção à propriedade nem à violação de domicílio.
- (D) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- (E) além do julgamento pelo juiz comum, haverá também os tribunais de exceção.

Questão 22

Configura uma PROIBIÇÃO ao servidor público, prevista no Código de Ética Profissional (Decreto 1.171/94):

- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- (B) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- (C) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- (D) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- (E) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.

Questão 23

Um dos principais objetivos da edição da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) foi:

- (A) criar uma nova Política Nacional do Meio Ambiente, aprimorando seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- (B) dar mais transparência aos dados públicos, facilitando o acesso a eles e às demais informações sobre o governo pelo cidadão comum.
- (C) estabelecer novas regras para o mercado de valores mobiliários (ações, papéis, etc.), criando ainda a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (D) organizar as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- (E) acabar com a publicidade dos atos emanados pelo Poder Público, transformando o sigilo em regra, e a publicidade de algum ato específico, como exceção.

Questão 24

A Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) prevê a punição do agente público com o ressarcimento integral do dano (se houver), perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, entre outras penalidades, quando o agente público pratica ato de improbidade administrativa que:

- (A) destrói a camada de ozônio.
- (B) maltrata os animais silvestres.
- (C) provoca diretamente o desmatamento da Amazônia.
- (D) atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) reparte entre os entes federativos os recursos do Sistema Único de Saúde - SUS.

Questão 25

O servidor público que pratica crime de corrupção contra a Administração Pública está sujeito à (a):

- (A) pena de expulsão do Brasil.
- (B) pena de morte.
- (C) pena de reclusão.
- (D) somente pagamento de cesta básica.
- (E) nenhuma penalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 26

O Código Tributário Nacional estabelece que a obrigação tributária é principal ou acessória.

A obrigação tributária principal surge com a:

- (A) ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e não se extingue com o crédito dela corrente.
- (B) decorrência da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (C) ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se com o crédito dela corrente.
- (D) não decorrência da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (E) ausência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e não se extingue com o crédito dela corrente.

Questão 27

Ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração. O texto extraído do Código Tributário Nacional, refere-se a:

- (A) emolumentos.
- (B) taxa
- (C) isenção.
- (D) garantias.
- (E) impostos.

Questão 28

De acordo com o Código Tributário Nacional, no Art. 3º: "é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

O texto acima é uma característica do(a):

- (A) emolumento.
- (B) isenção.
- (C) imunidade.
- (D) taxa.
- (E) tributo.

Questão 29

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo(a):

- (A) código tributário nacional.
- (B) código tributário municipal.
- (C) imposto.
- (D) fato gerador.
- (E) Lei 8.666/1993.

Questão 30

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao:

- (A) orçamento público.
- (B) custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (C) fato gerador.
- (D) custo de obras privadas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (E) custo de obras públicas de que decorra desvalorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Questão 31

Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho", que indicará:

- (A) o nome do credor, a representação e importância da despesa.
- (B) o nome do credor, a representação sem dedução desta do saldo da dotação orçamentária.
- (C) o nome do credor e a dedução desta do saldo da dotação orçamentária.
- (D) o nome do credor e importância da despesa.
- (E) o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Questão 32

Quando houver necessidade de movimentar um bem móvel permanente, o setor de patrimônio deve ser comunicado para providenciar a emissão da(do):

- (A) nota fiscal.
- (B) pedido de compra.
- (C) requisição.
- (D) termo de responsabilidade.
- (E) duplicata de pagamento.

Questão 33

O código de posturas do município de São Felipe D'Oeste, Lei 139/2003, em seu Art. 3º institui que os terrenos situados nas áreas urbanas e de expansão urbana devem ser mantidos limpos. Quando o proprietário do terreno não cumprir as prescrições do referido artigo, a fiscalização municipal fará a:

- (A) notificação para a Prefeitura, que providenciará a limpeza e arcará com todas as despesas da limpeza e remoção do lixo.
- (B) notificação para que o proprietário faça a limpeza no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa e pagamento da taxa de limpeza que será executada pela Prefeitura.
- (C) notificação para o proprietário, que providenciará a limpeza e notificará a Prefeitura que arcará com todas as despesas da limpeza e remoção do lixo.
- (D) notificação para que o proprietário faça a limpeza no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa e pagamento da taxa de limpeza que será executada pela Prefeitura.
- (E) notificação para que o proprietário faça a limpeza no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa e pagamento da taxa de limpeza que será executada pela Prefeitura.

Questão 34

O Capítulo VII do Código de Posturas do Município de São Felipe D'Oeste, Lei 139/2003, trata da estética, conservação e utilização de edifícios. Em seu Art. 52, o Código estabelece que ao ser constatado, através de perícia técnica, que o edifício oferece risco de desabamento, a Prefeitura fará:

- (A) interdição, notificando o proprietário a iniciar, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços de consolidação ou demolição.
- (B) notificação ao proprietário, sem interdição, para que o proprietário providencie, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços de consolidação ou demolição.
- (C) interdição, notificando o proprietário a iniciar, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas, os serviços de consolidação ou demolição.
- (D) notificação ao proprietário, sem interdição, para que o proprietário providencie, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços de consolidação ou demolição.
- (E) interdição, notificando o proprietário a iniciar, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços de consolidação ou demolição.

Questão 35

O Capítulo XVII do Código de Posturas do Município de São Felipe D'Oeste, Lei 139/2003, trata da Localização e Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços.

De acordo com o Art. 81 a licença de localização de estabelecimento poderá ser cassada quando:

- (A) For exercida atividade idêntica à que foi requerida e licenciada.
- (B) O local dispuser das necessárias condições de higiene e segurança.
- (C) no estabelecimento forem exercidas atividades prejudiciais à saúde e higiene pública.
- (D) O responsável pelo estabelecimento atender e cumprir as intimações expedidas pela prefeitura.
- (E) no estabelecimento não forem exercidas atividades prejudiciais à saúde e higiene pública.

Questão 36

A Lei 8.666 de 1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. O Art. 29 da Lei trata da documentação relativa à regularidade fiscal, que consiste conforme o caso. A alternativa que NÃO representa documentação referente à regularidade fiscal é:

- (A) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- (B) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- (C) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- (D) registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- (E) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Questão 37

A Lei nº 8.666 de 1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. O Art. 65 estabelece que, para alterar contratos regidos por esta Lei, deverão apresentar justificativas nos seguintes casos:

- I - unilateralmente pela Administração ou
- II - por acordo das partes.

Um contrato alterado unilateralmente pela Administração acontece quando:

- (A) for conveniente a substituição da garantia de execução.
- (B) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (C) for necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- (D) for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- (E) for necessária para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Questão 38

É geralmente definida(o) de acordo com o tamanho da organização, dependendo da quantidade de cargos e funções, maior será. Pode ser feita(o) pelo empreendedor, pela gestão estratégica da organização ou em conjunto com o departamento de recursos humanos e auxilia na organização e distribuição de atividades e autoridades entre os colaboradores.

O texto reflete algumas características de:

- (A) organograma.
- (B) departamento.
- (C) histograma.
- (D) fluxograma.
- (E) hierarquia.

Questão 39

Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

- (A) I - pelo seu valor;
II - em relação a cada serviço.
- (B) I - pela sua natureza;
II - em relação a cada serviço.
- (C) I - pela sua natureza;
II - em relação a cada imóvel.
- (D) I - pela solicitação da Prefeitura;
II - em relação a cada serviço.
- (E) I - pela sua natureza;
II - em relação a cada solicitação.

Questão 40

O Código Tributário Nacional, no Art. 176, estabelece que isenção ainda quando prevista em contrato:

- (A) é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- (B) não possui lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- (C) é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica, e nunca tem o prazo de sua duração.
- (D) não possui lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica, e nunca tem prazo definido de sua duração.
- (E) é sempre decorrente de comunicação interna que indique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, as taxas a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Questão 41

O Código Tributário Nacional, no Art. 134, determina que, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, EXCETO:

- (A) os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- (B) administração do município.
- (C) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
- (D) o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.
- (E) os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Questão 42

A Lei 8.666 de 1993, determina que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos, EXCETO:

- (A) da improbidade administrativa.
- (B) da legalidade.
- (C) da impessoalidade.
- (D) da moralidade.
- (E) da igualdade.

Questão 43

O Capítulo XVII do Código de Posturas do Município de São Felipe D'Oeste, Lei 139/2003, trata da localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços. O Art. 82 determina que a interdição do estabelecimento e cassação de alvará de localização se dará sempre por ato do:

- (A) Governador.
- (B) Secretário da Fazenda.
- (C) Vice-Prefeito.
- (D) Prefeito.
- (E) Vice-Governador.

Questão 44

O Capítulo XXIV do Código de Posturas do Município de São Felipe D'Oeste, Lei 139/2003, trata da instalação e funcionamento de postos e serviços de abastecimento de veículos. O Art. 129 determina que os postos de abastecimento de veículos e depósitos de combustíveis deverão ficar na distância mínima de:

- (A) 100 (cem) metros de escolas, hospitais, casa de saúde, asilos, templos religiosos, rodoviárias e clubes sociais, e devem manter em locais visíveis o aviso de que é permitido fumar.
- (B) 200 (duzentos) metros de escolas, hospitais, casa de saúde, asilos, templos religiosos, rodoviárias e clubes sociais, e devem manter em locais visíveis o aviso de que é proibido fumar.
- (C) 100 (cem) metros de escolas, hospitais, casa de saúde, asilos, templos religiosos, rodoviárias e clubes sociais, e devem manter em locais visíveis o aviso de que é proibido fumar.
- (D) 200 (duzentos) metros de escolas, hospitais, casa de saúde, asilos, templos religiosos, rodoviárias e clubes sociais, e devem manter em locais visíveis o aviso de que é permitido fumar.
- (E) 500 (quinhentos) metros de escolas, hospitais, casa de saúde, asilos, templos religiosos, rodoviárias e clubes sociais, e devem manter em locais visíveis o aviso de que é proibido fumar.

Questão 45

A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total e como limite individual:

- (A) a despesa não realizada e o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (B) a despesa realizada e o desconto de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (C) a despesa não realizada e a depreciação do valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (D) a despesa prevista e o desconto de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (E) a despesa realizada e o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Questão 46

Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo:

- (A) a capacidade econômica do Estado, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- (B) a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- (C) a capacidade econômica da Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- (D) a capacidade econômica do município, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- (E) a capacidade econômica do contribuinte, não facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, não respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Questão 47

O Código Tributário Nacional trata, no Capítulo III, da Suspensão do Crédito Tributário. No art. 151 os critérios que suspendem a exigibilidade do crédito tributário são especificados, EXCETO:

- (A) o depósito do seu montante parcial.
- (B) moratória.
- (C) o depósito do seu montante integral.
- (D) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- (E) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Questão 48

O Código Tributário Nacional trata, no Capítulo IV, da Extinção do Crédito Tributário. No art. 156 os motivos que extinguem o crédito tributário são especificados. São critérios de extinção do crédito tributário, EXCETO:

- (A) a compensação.
- (B) o pagamento.
- (C) a remissão.
- (D) a prescrição e a decadência.
- (E) a decisão judicial não julgada.

Questão 49

Para eficácia da gestão e do controle da movimentação dos bens patrimoniais, estes devem receber classificação pertinente ao domínio por parte do ente público municipal, de acordo com a natureza e estado físico do bem. Quanto à natureza, os bens são classificados em:

- I - tangíveis.
- II - móveis.
- III - permanentes.
- IV - consumo.
- V - imóveis.

São considerados bens **tangíveis**:

- (A) aqueles bens permanentes e de consumo.
- (B) aqueles que, em razão de seu uso corrente, têm durabilidade e utilização superior a dois anos.
- (C) os bens constituídos por patrimônio mensurável fisicamente, tais como máquinas, equipamentos, veículos.
- (D) aqueles que, em razão de seu uso corrente, perdem sua identidade física em dois anos e/ou têm sua utilização limitada a esse período.
- (E) os bens constituídos por patrimônio não mensurável fisicamente, tais como linhas telefônicas, marcas e patentes.

Questão 50

Para eficácia da gestão e do controle da movimentação dos bens patrimoniais, estes devem receber classificação pertinente ao seu estado físico e sua natureza por parte do ente público municipal. Quanto ao estado físico dos bens, são classificados em:

- I - servíveis.
- II - inservíveis.
- III - obsoletos.
- IV - ociosos.
- V - irrecuperáveis.

São considerados bens **inservíveis**:

- (A) aqueles que se encontram em perfeitas condições de uso, mas não estão sendo utilizados.
- (B) os bens que se encontram em boas condições, e que foram selecionados para o recolhimento ao depósito em virtude de perda de algumas de suas características.
- (C) aqueles de manutenção onerosa, ou com rendimento precário, em virtude de uso prolongado ou desgaste prematuro.
- (D) os bens que perderam a serventia para a administração pública, por se tornarem inviáveis na utilização em qualquer atividade relacionada ao serviço prestado. Estes bens, ao adquirirem esse tipo de classificação ou status, estão aptos a serem recolhidos ao depósito e sofrerem alienação.
- (E) aqueles que não podem mais ser utilizados para o fim a que se destinavam devido à perda de suas características.

Questão 51

A Constituição Federal trata de custas e emolumentos no art. 98, § 2º, quando determina que as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da(o):

- (A) saúde.
- (B) transporte.
- (C) justiça.
- (D) segurança.
- (E) educação.

Questão 52

O Código Tributário Nacional, trata do fato gerador da obrigação principal como a situação definida em lei necessária e suficiente à(o) sua(seu):

- (A) remissão.
- (B) previsão.
- (C) prescrição.
- (D) ocorrência.
- (E) extinção.

Questão 53

A Lei 8.666 de 1993 trata, na Seção II, das exigências para habilitação nas licitações. Um documento importante da qualificação técnica que deve ser apresentado é o/a:

- (A) registro comercial, no caso de empresa individual.
- (B) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- (C) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).
- (D) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- (E) registro ou inscrição na entidade profissional competente.

Questão 54

O Capítulo XXVII do Código de Posturas do Município de São Felipe D'Oeste, Lei 139/2003, trata das vistorias. O Art. 147, § 4º determina que, quando os serviços decorrentes de laudo de vistorias forem executados ou custeados pela prefeitura, as despesas serão pagas pelo:

- (A) proprietário do imóvel ou da obra acrescido de 10% (dez por cento).
- (B) proprietário do imóvel ou da obra acrescido de 20% (vinte por cento).
- (C) proprietário do imóvel ou da obra acrescido de 30% (trinta por cento).
- (D) proprietário do imóvel ou da obra acrescido de 40% (quarenta por cento).
- (E) proprietário do imóvel ou da obra acrescido de 50% (cinquenta por cento).

Questão 55

O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base a elaboração de documento através da verificação em cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade. O documento que evidencia esse levantamento é chamado de:

- (A) nota fiscal.
- (B) inventário.
- (C) lei complementar.
- (D) comunicação interna.
- (E) DRE.

Questão 56

É o ato pelo qual o servidor competente declara, na Nota Fiscal, haver recebido o bem que foi adquirido:

- (A) pagamento.
- (B) devolução.
- (C) aceitação.
- (D) carimbo.
- (E) identificação patrimonial.

Questão 57

É um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados:

- (A) aquisição de bens.
- (B) transferência de bens.
- (C) guarda de bens.
- (D) tombamento de bens.
- (E) adequação ao uso de bens.

Questão 58

É pagamento que a população faz à prefeitura pelo exercício regular do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição:

- (A) tributo.
- (B) taxa.
- (C) iptu.
- (D) itbi.
- (E) iss.

Questão 59

Movimentação definitiva de bens é o procedimento administrativo que está relacionado com:

- I - recolhimento.
- II - redistribuição.
- III - transferência.
- IV - alienação.
- V - cessão.
- VI - renúncia ao direito de propriedade.

Redistribuição é a modalidade de:

- (A) movimentação de bens, que consiste no seu abandono ou inutilização, quando verificada a impossibilidade ou inconveniência da alienação do material classificado como irrecuperável, mediante termo de inutilização ou de justificação de abandono.
- (B) movimentação de bens armazenados no Depósito para outra Unidade, mediante emissão do respectivo Termo de Responsabilidade.
- (C) movimentação de bens armazenados no Depósito para outra Unidade, mediante termo de inutilização.
- (D) movimentação de material de uma unidade usuária para outra, com a prévia autorização do Departamento de Planejamento e Administração, por meio de Guia de Recolhimento e Termo de Responsabilidade.
- (E) movimentação de bens que consiste na transferência do direito de propriedade mediante venda, permuta ou doação.

Questão 60

Considera-se baixa patrimonial a efetivação de registro no Sistema que retira do cadastro de bens ativos um ou mais bens, atribuindo-lhes o "status" de bens baixados, classificados de acordo com o motivo que a originou.

A baixa patrimonial pode ocorrer nos seguintes casos, EXCETO:

- (A) venda.
- (B) doação.
- (C) inutilização.
- (D) permuta.
- (E) aquisição.